

Novembro 2015

# OS NEGROS NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO



**Diferenciais de inserção  
de negros e não negros  
no mercado de trabalho  
em 2014**

Dia Nacional da Consciência Negra

As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo são passíveis de desagregação por segmentos populacionais, possibilitando um olhar mais atento a diferentes grupos sociais. Em alusão ao Dia Nacional da Consciência Negra, a Fundação Seade e o Dieese vêm realizando anualmente estudos sobre a inserção dos negros<sup>1</sup> no mercado de trabalho, no intuito de acompanhar as mudanças e as permanências das desigualdades entre negros e não negros.<sup>2</sup>

A população negra (34,6% no estado de São Paulo, segundo o Censo Demográfico 2010), ainda carrega a herança histórica de escravidão e discriminação, o que se reflete em uma pior inserção no mercado de trabalho, em comparação aos não negros. Este estudo pretende colaborar na identificação de alguns desses aspectos na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP.

O crescimento econômico da última década tornou possível, juntamente com algumas ações afirmativas, reduzir os diferenciais de sexo e raça/cor, como mostram vários estudos produzidos tanto pela Fundação Seade e Dieese, como por outras instituições que se debruçaram sobre o tema.

Nesse sentido, a recente expansão econômica contribuiu para a redução da diferença entre as taxas de desemprego total de negros e não negros observadas ao longo da PED, iniciada em 1985. Entre 2013 e 2014, a diferença entre suas respectivas taxas diminuiu de 2,6 para 1,9 ponto porcentual, como resultado de comportamentos distintos da taxa de desemprego de negros, que permaneceu inalterada em 12,0%, e daquela referente a não negros, que aumentou de 9,4% para 10,1%, no período.

A participação de negros no total de ocupados cresceu de 35,2%, em 2013, para 37,9%, em 2014. Em relação ao rendimento recebido pelos ocupados, no entanto, o resultado foi menos positivo. O rendimento médio real por hora dos negros permaneceu relativamente estável (0,3%), entre 2013 e 2014, e o dos não negros cresceu 2,9%. Assim, o rendimento médio por hora dos negros (R\$ 8,79) passou a representar 63,7% daquele recebido por não negros (R\$ 13,80), pro-

---

1. O segmento de negros é composto por pretos e pardos e o de não negros, por brancos e amarelos.  
2. Outros estudos disponíveis em:<<http://www.seade.gov.br/produtos/tpnmt/?regiao=rmsp>>.

porção que era de 65,3% em 2013. Apesar dessa piora, tais valores vêm se aproximando lentamente ao longo dos anos, uma vez que os rendimentos dos negros já chegaram a equivaler a 54,6% dos não negros, em 2002.

## **Mercado de trabalho**

Na Região Metropolitana de São Paulo os negros representavam, em 2014, 38,0% da População em Idade Ativa – PIA e uma proporção ligeiramente maior do que essa na composição da População Economicamente Ativa – PEA<sup>3</sup> (38,4%). Já a parcela de desempregados negros (42,6%) era bem superior, caracterizando uma situação de sobrerepresentação entre os desempregados (ver Tabela 1 do Anexo Estatístico).

Entretanto, em relação ao ano anterior, a proporção de negros na PEA aumentou em 2,5 pontos porcentuais, enquanto a de desempregados cresceu de forma menos intensa (1,0 ponto porcentual).

A taxa de participação – definida como a proporção da PEA em relação à PIA – é tradicionalmente maior para os negros do que para os não negros (63,1% e 62,0%, respectivamente, em 2014). Ambas permaneceram praticamente no mesmo patamar em relação a 2013.

## **Desemprego**

As taxas de desemprego dos negros são maiores do que as dos não negros, tanto para mulheres como para homens. O mesmo ocorre para suas duas componentes, as taxas de desemprego aberto e oculto (Gráfico 1).

Entre 2013 e 2014, a taxa de desemprego total aumentou para não negros (de 9,4% para 10,1%) e permaneceu inalterada para os negros (12,0%), fazendo com que a diferença entre suas respectivas taxas se reduzisse de 2,6 para 1,9 ponto porcentual.

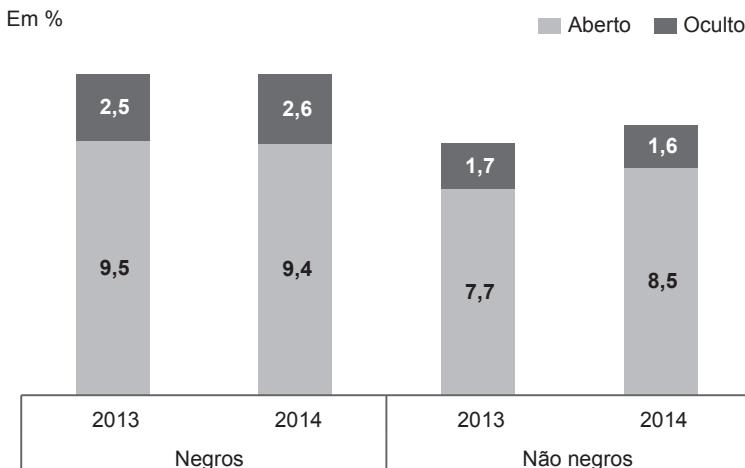
Apesar da persistência de maiores taxas entre os negros, é possível identificar importante redução no diferencial das taxas de desemprego total entre negros e não negros ao longo dos anos: em 2002, por exemplo, a diferença chegava a 7,2 pontos porcentuais, quando a taxa dos negros correspondia a 23,6% e a dos não negros, a 16,4%.

---

3. A PEA é composta pelo conjunto de ocupados e desempregados.

### Gráfico 1

Taxas de desemprego, por raça/cor, segundo tipo  
Região Metropolitana de São Paulo – 2013-2014



**Fonte:** Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese e MTE/FAT.

**Nota:** A taxa de desemprego total é composta pela soma das taxas de desemprego aberto e oculto.

## Ocupação

Entre 2013 e 2014, a proporção de ocupados negros no mercado de trabalho da RMSP cresceu 2,7 pontos porcentuais, movimento registrado tanto para as mulheres (1,0 p.p.), como para os homens negros (1,7 p.p.). No último ano, 37,9% do total de ocupados eram negros, sendo 17,4% mulheres e 20,5% homens.

Os diferenciais de inserção no mercado de trabalho entre negros e não negros podem ser mais bem identificados quando se observa a composição da ocupação nos principais setores de atividade econômica (Gráfico 2).

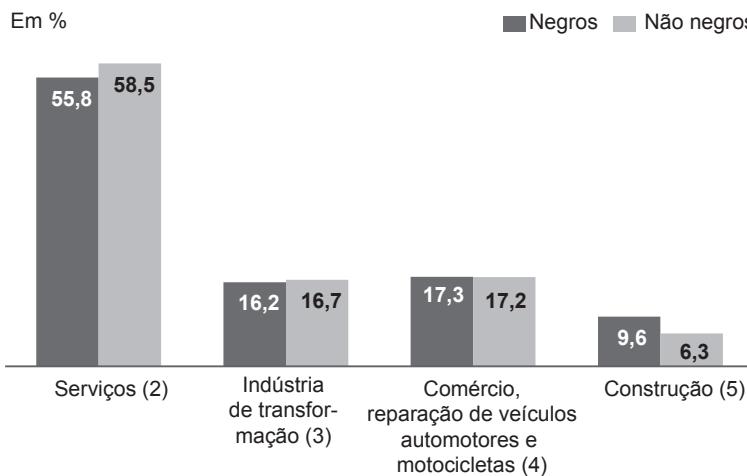
O setor de Serviços, responsável por mais da metade dos postos de trabalho da RMSP, abrigava, em 2014, 55,8% do total de ocupados negros e 58,5% de não negros. Entre os negros, a participação na Indústria (16,2%) era ligeiramente menor do que entre os não negros (16,7%), mas era maior na Construção (9,6% e 6,3%, respectivamente) e semelhante no Comércio (17,3%

e 17,2%, respectivamente). Nesses dois últimos setores predominam postos de trabalho com menores exigências de qualificação profissional, relações de trabalho mais precárias e, no caso do Comércio, remunerações mais baixas.

Pela ótica da posição na ocupação, que pode ser considerada uma proxy da qualidade da inserção no trabalho, verifica-se que, na perspectiva de garantias trabalhistas e previdenciárias, os não negros encontravam-se, em 2014, em situação ligeiramente melhor do que os negros: 62,9% do total de não negros ocupados e 61,7% de negros estavam inseridos em ocupações regulamentadas (soma de assalariados no setor privado com carteira de trabalho assinada e no setor público). Isso ocorre porque, no âmbito do assalariamento privado, a proporção de negros em ocupações com carteira assinada (55,2%) era maior do que a de não negros (54,2%), mas no setor público era menor (6,5% dos negros contra 8,7% dos não negros).

**Gráfico 2**

Distribuição dos ocupados (1), por setor de atividade, segundo raça/cor  
Região Metropolitana de São Paulo – 2014



**Fonte:** Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese e MTE/FAT.

(1) O total de ocupados inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extractivas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (2) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar. (3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

Já ao se considerarem ocupações com menor nível de regulamentação e cujos rendimentos geralmente são menores, havia maior representação entre os negros, em 2014: 9,0% dos negros ocupados e 5,0% dos não negros eram empregados domésticos; 16,4% e 14,8%, respectivamente, eram trabalhadores autônomos; e 8,8% e 8,6%, respectivamente, eram assalariados sem carteira de trabalho assinada no setor privado (Tabela 1).

A distância entre as parcelas de assalariados negros e não negros no setor público, possivelmente, tem origem no fato de cerca de metade desses ocupados possuir nível de escolaridade superior. Essa característica, associada ao fato de o ingresso no setor público ocorrer principalmente por meio de concursos, permite inferir que a sub-representação de negros nesse segmento deve-se muito mais às suas históricas dificuldades de acesso aos níveis mais elevados de ensino do que a eventuais ações discriminatórias das quais possam ser vítimas.

Explicação semelhante pode ser adotada para a menor parcela entre os negros (4,2%), do que entre os não negros (8,8%) no agregado demais posições – que reúne empregadores, profissionais universitários autônomos e donos de negócios familiar, etc. Neste caso, dispor de riqueza acumulada que permita montar um negócio ou possuir nível superior de escolaridade prova-

**Tabela 1**

Distribuição dos ocupados, por raça/cor, segundo posição na ocupação  
Região Metropolitana de São Paulo – 2014

<b>Posição na ocupação</b>	<b>Total</b>	<b>Em porcentagem</b>	
		<b>Negros</b>	<b>Não negros</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Assalariados (1)	71,1	70,5	71,4
Setor privado	63,2	64,0	62,7
Com carteira	54,5	55,2	54,2
Sem carteira	8,7	8,8	8,6
Setor público	7,9	6,5	8,7
Autônomos	15,4	16,4	14,8
Empregados domésticos	6,5	9,0	5,0
Demais posições (2)	7,0	4,2	8,8

**Fonte:** Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT.

(1) Incluem os assalariados que não sabem a qual setor pertencem.

(2) Incluem empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

velmente são fatores que explicam a exclusão de grande parte dos negros. Em outras palavras, a persistência de elementos históricos, mais do que qualquer outro fator, explica a desigualdade presente.

Já a parcela de negros como empregados domésticos é bastante expressiva. Esse segmento compõe-se de ocupações cujos requisitos de qualificação profissional dependem menos da formação escolar do que da experiência de trabalho. Estudos recentes da Fundação Seade e do Dieese, com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED na RMSP, constataram que o emprego doméstico tem sido exercido, predominantemente, por mulheres negras, mais velhas e com baixo nível de escolaridade.<sup>4</sup>

## Rendimentos do trabalho

As informações sobre os rendimentos do trabalho de negros e não negros na RMSP, em 2014, demonstram a permanência de desigualdades há muito tempo identificadas no mercado de trabalho.

As razões mais evidentes dessa situação, em que o rendimento médio por hora<sup>5</sup> dos negros (R\$ 8,79) representava 63,7% daquele referente aos não negros (R\$ 13,80), em 2014 (Tabela 2), residem nas diferentes estruturas ocupacionais em que esses segmentos estão inseridos, conforme anteriormente descritas. O crescimento, entre 2013 e 2014, do rendimento por hora dos não negros (2,9%), contrapondo-se à relativa estabilidade entre os negros (0,3%), resultou no aumento da distância entre os dois valores, já que em 2013 o rendimento médio por hora dos negros correspondia a 65,3% dos não negros.

Nos Serviços, os negros recebiam 59,1% dos rendimentos por hora dos não negros, em 2014, relação que piorou na comparação com 2013, quando a proporção correspondia a 62,9%. Na Indústria e no Comércio, os negros recebiam o equivalente a 70,1% e 70,2%, respectivamente, do rendimento médio por hora dos não negros, proporção que aumentou na Indústria (era 65,2%, em 2013) e diminuiu ligeiramente no Comércio (era 70,8% no ano anterior). A relação dos rendimentos médios por hora de negros e não negros continua menos desigual na Construção: era 71,5%, em 2013, e passou para 76,7%, em 2014.

4. Para mais informações ver: <<http://www.seade.gov.br/produtos/mulher-e-trabalho/?tema=emprego-domestico>>.

5. Os dados de rendimentos são analisados por hora com o objetivo de eliminar problemas de comparação devido a diferenciais de jornada de trabalho entre negros e não negros, homens e mulheres, nos setores de atividade e em grupos de ocupações.

**Tabela 2**

Rendimento médio real por hora (1) dos ocupados (2) no trabalho principal,  
por raça/cor, segundo setor de atividade econômica  
Região Metropolitana de São Paulo – 2013-2014

Em reais de junho de 2015

<b>Setor de atividade</b>	<b>Total</b>	<b>Negros</b>	<b>Não negros</b>
<b>2013</b>			
<b>Total (3)</b>	<b>11,70</b>	<b>8,76</b>	<b>13,40</b>
Indústria de transformação (4)	11,79	8,78	13,45
Construção (5)	11,27	9,23	12,90
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (6)	9,16	7,22	10,19
Serviços (7)	12,39	9,00	14,32
<b>2014</b>			
<b>Total (3)</b>	<b>11,80</b>	<b>8,79</b>	<b>13,80</b>
Indústria de transformação (4)	11,94	9,48	13,53
Construção (5)	11,57	10,03	13,08
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (6)	9,18	7,30	10,41
Serviços (7)	12,62	8,87	15,01

**Fonte:** Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese e MTE/FAT.

(1) Inflator utilizado: ICV-Dieese.

(2) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extractivas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

(6) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(7) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar.

Assim, a maior desigualdade de rendimentos por raça/cor é verificada nos Serviços, setor em que há menor participação de negros, em comparação com não negros, enquanto a menor desigualdade ocorre na Construção, segmento com maior participação de negros e que vem mostrando forte valorização dos rendimentos pagos nos últimos anos, sendo, desde 2012, o setor com o rendimento médio mais elevado entre os negros.

A mesma lógica, em que, geralmente, os diferenciais de rendimentos são maiores em situações em que há menor participação de negros, é percebida também na análise por posição na ocupação (Tabela 3). Assim, em 2014, o rendimento médio por hora pago para os negros, no setor público, equivalia a 66,2% ao dos não negros, enquanto entre os autônomos representava

**Tabela 3**

Rendimento médio real por hora (1) dos ocupados (2) no trabalho principal, por raça/cor, segundo posição na ocupação  
Região Metropolitana de São Paulo – 2013-2014

Em reais de junho de 2015

<b>Posição na ocupação</b>	<b>Total</b>	<b>Negros</b>	<b>Não negros</b>
<b>2013</b>			
<b>Total</b>	<b>11,70</b>	<b>8,76</b>	<b>13,40</b>
Assalariados (3)	11,47	8,79	13,30
Setor privado	10,78	8,17	12,21
Com carteira	10,97	8,47	12,75
Sem carteira	8,16	6,61	9,29
Setor público	19,49	14,83	21,21
Autônomos	9,94	8,18	10,96
Empregados domésticos	7,12	7,21	7,02
Demais posições (4)	21,99	13,38	24,92
<b>2014</b>			
<b>Total</b>	<b>11,80</b>	<b>8,79</b>	<b>13,80</b>
Assalariados (3)	11,67	8,85	13,52
Setor privado	10,83	8,37	12,50
Com carteira	11,10	8,58	12,82
Sem carteira	8,86	6,93	10,18
Setor público	19,40	14,40	21,75
Autônomos	10,15	8,21	11,56
Empregados domésticos	7,55	7,61	7,50
Demais posições (4)	23,01	(5)	25,75

**Fonte:** Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese e MTE/FAT.

(1) Inflator utilizado: ICV-Dieese.

(2) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Incluem os assalariados que não sabem a qual setor pertencem.

(4) Incluem empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

(5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

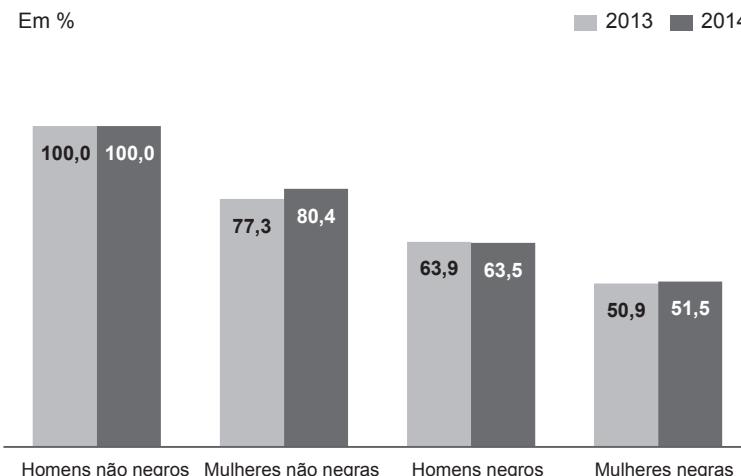
71,0% e, para os trabalhadores domésticos, superava o dos não negros em 1,5%. Note-se que nas três posições ocupacionais essas porcentagens diminuíram, em relação às de 2013.

No setor privado, os negros com carteira assinada recebiam 66,9% do rendimento médio por hora dos não negros e os sem carteira auferiam 68,1% (em 2013, essas proporções eram de 66,4% e 71,2%, respectivamente).

Os diferenciais de rendimentos por raça/cor associados àqueles referentes ao sexo são reveladores das desigualdades que ainda permanecem no mercado de trabalho. Mesmo com a ligeira melhora observada entre 2013 e 2014 para as mulheres negras, estas ainda recebiam rendimentos equivalentes à metade daqueles auferidos por homens não negros (Gráfico 3).

**Gráfico 3**

Proporção dos rendimentos médios reais por hora (1) dos ocupados (2), por raça/cor e sexo, em relação aos rendimentos médios reais por hora dos homens não negros  
Região Metropolitana de São Paulo – 2013-2014



**Fonte:** Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese e MTE/FAT.

(1) Inflator utilizado: ICV-Dieese.

(2) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

## Considerações finais

Entre 2013 e 2014, o mercado de trabalho para os negros apresentou melhorias em alguns indicadores, que podem ser percebidos, por exemplo, no crescimento da sua participação em relação ao total de ocupados e na redução da diferença entre a sua taxa de desemprego e a dos não negros.

O aumento da proporção entre os negros em ocupações com carteira de trabalho assinada e no setor público indica uma melhora na qualidade de inserção ocupacional, pela garantia de acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários e pelos maiores rendimentos recebidos.

Porém, o que se depreende destas informações é que apenas com longos períodos de crescimento econômico em conjunto com ações de políticas afirmativas é possível diminuir as desigualdades no mercado de trabalho e melhorar as oportunidades de inserção para a população negra. Enquanto não se atenuarem as discrepâncias socioeconômicas e, mais especificamente, de nível de escolaridade, as desigualdades certamente permanecerão.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Secretaria de Planejamento e Gestão

**SEADE**

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Av. Prof. Lineu Prestes, 913 - 05508-000 - São Paulo - SP  
Fone (11) 3324.7200 Fax (11) 3324.7324  
[www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br) / [sicseade@seade.gov.br](mailto:sicseade@seade.gov.br) / [ouvidoria@seade.gov.br](mailto:ouvidoria@seade.gov.br)

**DIEESE**

**DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS**  
Rua Aurora, 957, 3º andar - República - CEP 01209-001 - São Paulo  
Fone (11) 3821.2140 - [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br) - [en@dieese.org.br](mailto:en@dieese.org.br)

**Apoio:** Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.  
Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho – Sert.